



RESOLUÇÃO

Melhores salários e pensões, defender direitos, combater a exploração

A generalidade dos trabalhadores, e em particular os do sector da Administração Local, continuam a enfrentar enormes dificuldades para satisfazerem as suas necessidades básicas de alimentação, deslocação, habitação, saúde e educação, entre outras.

Os preços dispararam, e num país onde, mesmo trabalhando, 1 em cada 10 trabalhadores vive no limiar da pobreza, e onde limiar da pobreza é de 551 euros por mês, ter uma casa para viver, um direito humano, é cada vez mais difícil.

A degradação dos salários e a perda de poder de compra continuam a ser a dura realidade para quem vive do trabalho ou da sua pensão. Em 2022, os trabalhadores perderam um salário completo, a que se somam outros dois, desde 2009.

Em 2023, o governo impôs uma actualização da massa salarial (que não são só salários) na Ad. Pública, abaixo da meta de 5,2%, inscrita no Acordo de Concertação, quando esta já ficava aquém das perdas provocadas pelo aumento dos preços.

Mesmo com o aumento “extraordinário” de 1% e mais uns cêntimos no subsídio de refeição, que só foram anunciados após a luta desenvolvida pelos trabalhadores da Ad. Pública, com destaque para a Greve Nacional convocada pelos sindicatos da Frente Comum, de 17 de Março, e para a Manifestação Nacional – Todos a Lisboa, convocada pela CGTP-IN, de 18 de Março, os salários vão perder poder de compra. Em termos acumulados, ou seja, considerando os anos de 2022 e 2023, as perdas em termos reais podem chegar aos 8,6%.

No outro prato da balança estão os lucros recorde obtidos pelos grandes grupos económicos, cujos resultados líquidos das 15 empresas do PSI 20, em 2022, foi de 5.289 milhões de euros, mais 72,6% face a 2021!

Perante isto, o governo do PS, por opção de classe, submisso às imposições de Bruxelas, continua a favorecer os grandes interesses, a impor o empobrecimento, a desvalorização do trabalho, dos serviços públicos e o agravamento das desigualdades e das injustiças.

É assim com a legislação laboral, recentemente revista, que mantém a caducidade das convenções colectivas, não repõe o princípio do tratamento mais favorável, não reduz o tempo de trabalho, não combate a desregulação dos horários e não garante que cada posto de trabalho permanente é ocupado por um trabalhador com vínculo efectivo.

É assim com o chamado IVA zero, que pouco ou nenhum impacto tem nas nossas carteiras, recusando-se a controlar e a fixar preços máximos nos bens essenciais.

É assim com a habitação, favorecendo o grande negócio, enquanto negligencia a habitação pública a preços comportáveis.

É assim com a degradação dos serviços públicos, onde escasseiam profissionais e meios, e em particular do Serviço Nacional de Saúde, pelo que é muito importante a participação na marcha, convocada por várias organizações, **Mais SNS - Melhor Saúde**, apoiada pelo STAL, para o próximo dia 20 de Maio, em Lisboa, Porto e Coimbra, pela melhoria do SNS e do direito à saúde que este tem de garantir.

Nos últimos meses, foram também várias as lutas levadas a cabo em diversas empresas, destacando-se as greves realizadas no grupo FCC Portugal, na ERSUC - grupo EGF/Mota-Engil, que persiste e, bloquear a contratação colectiva, e na empresa municipal Parques de Sintra – Monte da Lua, acções que registaram uma forte e combativa adesão obrigando, neste último caso, a rever a tabela salarial. Lutas que irão intensificar-se e alargar-se, em particular no sector dos resíduos, tendo como objectivo levar a todo o país, ao maior número de empresas possível, a exigência de valorização destes trabalhadores, a melhoria dos seus salários e condições de trabalho, contra a precariedade e a exploração.

Confirmando que só a luta dá resultados, destaca-se a conquista de aumentos salariais no grupo Águas de Portugal, cujo salário de entrada foi fixado nos 830 euros.

Saliente-se ainda as acções em torno da afirmação da liberdade de exercício sindical, contra os atropelos à lei, aos direitos que se fazem sentir, no sector privado e em algumas autarquias, casos dos municípios de Beja, Nisa e freguesia de Samouco, que desprestigiam e enfraquecem o poder local democrático e são completamente inaceitáveis decorridos quase 50 anos da revolução de Abril.

Consumada a imposição de transferência de competências para os municípios, resultado do acordo entre PS e PSD, com a conivência e permissividade da ANMP, envolvendo funções sociais do Estado, Educação, Saúde, Acção Social, e que em termos práticos, mais não é do que a mera transferência de novas responsabilidades, encargos e descontentamentos para os municípios, transformando-os em tesouraria de ministérios, numa clara violação da autonomia local, são claros os problemas que cada uma por si, e todas no seu conjunto, estão a colocar à intervenção do poder local, aos trabalhadores, veja-se o que o que aconteceu nas recentes greves em que os trabalhadores não docentes foram abusivamente obrigados a prestar serviços mínimos, e às populações.

No próximo dia 20 de Setembro, em Corroios, Seixal, realizar-se-á a 4.^a Conferência Sindical, sob o lema, “**Com os Trabalhadores, por melhores condições de vida e de trabalho. Reforçar o Poder Local Democrático e os Serviços Públicos**”. Desde já, apela-se ao envolvimento de toda a estrutura, na discussão do documento base, das propostas, na eleição de delegados, elementos indispensáveis para transformar esta reunião magna numa grandiosa jornada de afirmação, luta e proposta dos trabalhadores do sector da Administração Local.

Culminando o mandato, terão ainda lugar no final do ano, as Eleições para os Órgãos Dirigentes do STAL, tendo como principal objectivo reforçar a matriz de classe, aprofundar a unidade, reforçar a combatividade, a luta e o protesto necessários, construir um sindicato mais forte e representativo, melhor preparado para o futuro.

Assim, considerando a política e acção do governo, em particular no sector da Ad. Local, a Direcção Nacional reafirma a sua determinação no prosseguimento da luta por:

1. Aumento salarial de 10%, num mínimo de 100€ na TRU, para todos os trabalhadores; aumento do salário mínimo na Administração Pública para 850€; e actualização do subsídio de refeição para 9€;
2. Reposição e valorização das Carreiras;
3. Revogação do SIADAP e a sua substituição por um sistema justo e sem quotas;
4. Maior justiça fiscal e protecção dos rendimentos do trabalho;
5. Defesa e afirmação da liberdade de exercício da actividade sindical;
6. Valorização da Contratação Colectiva;

7. Fixação dos preços dos bens essenciais e taxação dos lucros extraordinários dos grupos económicos;
8. Reversão do processo de municipalização das funções sociais do Estado;
9. Defesa e reforço dos serviços públicos, em particular do SNS, apelando à participação de todos os trabalhadores na marcha com esse objectivo, agendada para o próximo dia 20 de Maio em Lisboa, Porto e Coimbra.

A Direcção Nacional

Lisboa, 10 de Maio de 2023